



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Fundamentos do Serviço Social

PLANEJAMENTO E ONTOLOGIA NA PRÁXIS HUMANA
REFLEXÕES SOBRE PLANEJAMENTO E CIÊNCIA NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

RAQUEL BIANOR¹

RESUMO

O artigo busca trazer à formação dos assistentes sociais, elementos teóricos para a crítica do planejamento técnico-político. A nossa existência é obra exclusiva dos seres humanos por meio da realização das *posições teleológicas* próprias do ser social. O estatuto ontológico do planejamento permite operar essa crítica ao tratá-lo como uma categoria *ontológica do ser social*, emancipatória dos indivíduos e do gênero humano.

Palavras Chaves: Planejamento Técnico-Político - Ontologia Social - Emancipação Humana - Formação Profissional

RESUMEN

El artículo busca aportar elementos teóricos a la formación de trabajadores sociales para criticar la planificación técnico-política. Nuestra existencia es obra exclusiva de los seres humanos a través de la realización de posiciones teleológicas propias de los seres sociales. El estatus ontológico de la planificación permite llevar a cabo esta crítica tratándola como una categoría ontológica del ser social, emancipadora de los individuos y de la raza humana.

Palabras Clave: Planificación Técnico-Política - Ontología Social - Emancipación Humana - Formación Profesional

I. INTRODUÇÃO

Sabemos que a práxis humana é a expressão da forma como, historicamente, homens e mulheres produzem e reproduzem o mundo social e a si mesmos numa determinação recíproca de desenvolvimento desigual entre estes dois polos: o indivíduo e o mundo; sempre realizada por um conjunto de mediações criadas por esse próprio fazer como respostas objetivas às

¹ Universidade de Pernambuco



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

necessidades e possibilidades postas a cada momento dessa produção do incessantemente novo da criação humana. A questão, então, é: o que o planejamento representa nessa práxis humana? Qual a sua função? Como podemos responder a essas questões? Isto é, qual o ponto de partida de nossa pesquisa?

Partimos do pressuposto de que, para desvelarmos o planejamento em suas determinações mais essenciais, torna-se fundamental buscarmos as relações deste com o sistema filosófico-científico, considerando que, como afirma Lukács (2018), após ter-se encerrado um grande período da filosofia baseada numa concepção idealista objetiva de Hegel, inicia-se um novo período com Marx. Nesse novo sistema – marxiano –, revela-se a raiz da dialética do planejamento, fundada numa ontologia materialista, histórica e dialética, elaborada por Marx e Engels no século XIX.

Em sua brilhante e profunda análise sobre o sistema filosófico hegeliano, desenvolvida na obra *O jovem Hegel e os problemas da sociedade capitalista*, Lukács (2018) revela a existência no pensamento do filósofo alemão de um idealismo objetivo que lhe possibilitou enxergar a teleologia no ato do trabalho como o princípio movente e movido de todo o progresso social, ainda que de forma embrionária, dado o limite de seu idealismo. Quando Hegel faz a análise concreta da dialética do trabalho humano, ele supera o antagonismo antinômico de causalidade e teleologia:

A análise mostra o lugar concreto que o ato humano consciente de pôr uma finalidade assume *dentro* do nexos causal global, sem romper esse nexos, sem o transcender, sem apelar para um princípio transcendente nem – o que, como vimos, ocorreu com os pensadores anteriores² – perder as determinações específicas da estipulação de fins no trabalho (Lukács, 2018, p. 461-462).

Essa constatação de Hegel, de acordo com Lukács (2018) deve-se a dois fatores que se interconectam: a análise das questões postas pela economia política clássica e a descoberta de que repousa no trabalho uma estrutura das relações entre sujeito e objeto na atividade humana, responsável pelo desenvolvimento de toda a história como história da atividade humana. Apesar dessa descoberta da dialética do trabalho, como é do conhecimento geral, a filosofia hegeliana encontra seu limite explicativo do real por não superar o idealismo, ainda que um idealismo objetivo, de suas proposições. É somente com Marx e Engels que essa contradição do sistema de Hegel terá sua solução definitiva, como discorreremos mais adiante. Porém, o que nos interessa destacar aqui, agora, é como que, com Hegel, a história passa a ser percebida tal qual um produto

² Lukács refere-se aqui a Kant, Espinoza, Fichte e Schelling, com início na página 453 até a 483.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

das atividades desenvolvidas pelos homens³. Diferentemente da era medieval, na qual prevalecia a compreensão de que o destino dos homens já estava escolhido, definido como fatalidade, o sofrimento humano era uma fatalidade porque existia a carência.

Com a Revolução Industrial (1760-1820/1840) e a Revolução Francesa (1789-1799), inicia-se um período de abundância que começa a superar a carência anterior e a influir definitivamente na percepção dos homens sobre o seu próprio “destino”. Desde o início do movimento iluminista, o debate sobre a história ganha uma importância decisiva para explicar os acontecimentos e orientar as ações humanas. Para Voltaire (1694-1778), um crítico ferrenho do Absolutismo, a história não tem *telos* – as coisas vão acontecendo quase por acaso. Antes era desígnio de Deus e não havia acaso. Até 1760, os ingleses acreditavam em fábulas como verdadeiramente existentes – eles pensavam, por exemplo, que o Rei Arthur havia existido. Vai caber a Hume (1711-1776), a partir do conceito de história do Iluminismo e da crítica à religião, estabelecer critérios para distinguir nos documentos históricos o que era real e o que era saga, metáfora etc.

A Revolução Francesa vai demonstrar que o destino está nas mãos das pessoas. A filosofia de Hegel é histórica; os conceitos são inter-relacionados: causa e efeito não são fixos. Eles se completam, anulam-se e têm uma evolução própria, e com isso têm a marcação do tempo, uma espécie de tempo lógico relacionado ao tempo histórico. O tempo histórico se desdobra também logicamente a partir de uma lógica interna em que os conceitos vão complementando-se, anulando-se, o que Hegel vai denominar de dialética. É desse movimento de negação recíproca, imanente aos conceitos, que brota uma temporalidade histórica. Lukács (2018) afirma que a filosofia de Hegel é intrinsecamente histórica, no sentido de que ela possui em si uma historicidade, e, por isso, pode-se falar que existe uma matriz de produção do tempo. Para Hegel, a lógica do humano seria a busca pela liberdade – a liberdade seria a essência do humano.

Nesse sentido, em Hegel é central a ideia do sujeito ativo que tem a história na sua mão. Na Revolução Francesa, literalmente, Hegel vê que a humanidade tomou o seu destino, a luta pela liberdade, em suas próprias mãos. O sujeito é o senhor de sua história, de seu destino; ele tem que mudar as condições históricas e sociais que o colocam diante de problemas vitais para a sua existência real concreta. Trata-se da dialética do sujeito que se autodetermina no mundo e, ao fazê-lo, produz no curso de ação contradições que retornam ao sujeito, impulsionando ou

³ Desde já é mister esclarecer que, quando nos referimos ao termo *homens*, estamos utilizando-o numa perspectiva humano-genérica. Por isso, refere-se a homens e mulheres em sua multiplicidade geracional, étnico-racial e sexual.

bloqueando seu desenvolvimento ulterior.

Contudo, a despeito dessa descoberta efetuada por Hegel sobre o conceito de história, em função de seu idealismo objetivo, como já referimos antes, ele vai estender à história uma *teleologia*, uma finalidade que a torna independente, contraditando-se profundamente com a afirmação de que os homens fazem a sua história. Lukács vai apontar os elementos dessa contradição no sistema de Hegel, demonstrando como as categorias exteriorização-interiorização e objetividade são idênticas. Então, “toda a natureza e todo mundo exterior aparecem como simples produto do espírito, como matéria-prima à qual o espírito atribuiu conteúdo, então a interiorização retoma do mundo objetivo aquilo que ele projetou nele” (Lukács, 2018, p. 36). É aqui que temos a identidade sujeito-objeto, matriz de todo o idealismo; o de Hegel e o de seus críticos posteriores, que, como afirmaram Marx e Engels (2003; 2007; 2013), foram muito inferiores a ele pelo fato de tomar os conceitos em sua forma a-histórica como se tivessem validade universal.

Somente com Marx e Engels que encontraremos a coroação do conceito de teleologia-causalidade entendido como práxis social que se origina no processo de trabalho, mas que não se restringe a ele. Nas obras de teor mais filosófico, como os *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, invariavelmente identificadas como *obras da juventude*, reside uma profunda e indispensável riqueza categorial explicitada a partir do início da análise do *ser do capital*, em que se desenvolvem as concepções de homem e de mundo que irão fundar o materialismo histórico e dialético inaugurado por eles.

Para nossos autores, o mundo social e o conhecimento desse mundo são sempre um único e mesmo processo. Portanto, o pensar, diferentemente de qualquer representação, nada mais é que a reprodução conceitual, ou seja, no plano das ideias, das articulações da hierarquia dos elementos fundantes da construção da vida concreta dos indivíduos concretos. Isto é, trata-se de uma tentativa de adequar categorialmente (conceitualmente) aquilo que acontece no dia a dia de toda a gente à inquirição dos porquês desse cotidiano, de modo a combinar-se em formas singulares, particulares, expressando leis universais. Em outras palavras: a questão fundamental é encontrar uma forma de reprodução conceitual do movimento do objeto por meio do exercício do pensamento. Uma consequência inevitável desse processo vai ser a constatação de que não há espaço para um espectador desinteressado que paira acima de sua situação e seus interesses parciais para contemplar o mundo *em si*, assumindo uma perspectiva imparcial e externa de uma suposta divindade. Nesse sentido, o conhecimento não pode liberar-se de ser um conhecimento humano, social e histórico produzido pela práxis humana. Eis a chave para a compreensão



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ontológica e epistemológica do planejamento. Em face da realidade, a atitude primária e imediata do homem é prática e objetiva. Desvelar o mundo e suas causalidades para transformá-las em algo novo e necessário à sua própria subsistência é a base da dialética do ser social em sua processualidade histórica que cria o *ser em si* e o *ser para si*.

A produção e a reprodução social são obras exclusivas dos seres humanos por meio da realização das *posições teleológicas* próprias do ser social que se diferenciam cada vez mais da causalidade que rege a natureza. Esse fundamento ontológico do ser social tem como *mediação* ineliminável da vida social o trabalho que transforma a natureza em meios de produção e de subsistência. Essa é a forma originária de toda práxis social, que somente pode existir enquanto parte (fundante) de um complexo social mais global – a reprodução social. Para Lukács (2010), não pode haver trabalho sem a “linguagem, a cooperação e a divisão do trabalho”; pois, se não houver linguagem, não pode haver conceitos e, sem estes, não há pensamentos e nem qualquer teleologia. Por outro lado, sem as relações sociais, como pode haver linguagem? Lukács (2010) diz com precisão que é porque trabalham que os homens se comunicam, e não o oposto, pois, sem o trabalho, não poderia haver nem as relações sociais, nem sequer a linguagem.

Como Lukács fundamenta essa relação de dependência e de autonomia entre essas categorias? A partir de Marx, em sua *Crítica da economia política*, sabemos que para fazer ciência é necessário o desenvolvimento de um método que permita ao sujeito apreender o movimento do objeto em sua totalidade. Porém, a própria elaboração desse método, no complexo categorial filosófico-científico de Marx, está subordinada aos princípios de natureza ontológica do *ser-em-si*. Por essa razão, a teoria (ciência, pensamento) é sempre a reprodução ideal da realidade. Para que assim seja, é preciso haver uma prioridade do objeto em relação ao sujeito; o ser em si não se revela de imediato e por isso exige uma atividade por parte dos homens de inquirir a realidade em sua aparência e sua essência, que, por não coincidirem diretamente, exigem o desenvolvimento da filosofia e da ciência. Fiel a esse próprio argumento, Marx vai tomar como objeto de suas pesquisas, para compreender a sociedade em que vivia, a produção material historicamente determinada. E como foi esse seu percurso teórico-prático até chegar à elaboração de *O Capital*, sua principal obra, seu maior legado à contemporaneidade da luta de classes?

II. O ESTATUTO ONTOLÓGICO DO PLANEJAMENTO

A investigação sobre o estatuto ontológico do planejamento orienta-se pelas concepções



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de *homem e de mundo* desenvolvidas inicialmente nas obras de Marx e Engels relativas ao período de 1843 a 1846, em seus confrontos com a filosofia especulativa (filosofia clássica alemã) e a participação ativa de ambos nas lutas operárias (movimentos socialistas europeus). Eles revelam que a *essência humana* não é mais do que o conjunto das relações sociais que os homens, necessariamente, estabelecem entre si e em suas trocas orgânicas com a natureza para garantir a sua própria existência. Com isso, Marx e Engels puseram a descoberto, simultaneamente, a raiz do processo de produção das ideologias, tornando, assim, possível a formação de uma teoria autenticamente científica do conhecimento – completavam, ao repensarem-na dialeticamente, a concepção materialista do mundo, doravante acrescida por uma concepção correspondente do homem – e abriam o caminho à ciência da história, logo à política e ao socialismo científico.

Na introdução dos *Manuscritos econômico-filosóficos*, o próprio Marx (2010, p. 20) ressalta a importância da crítica de Feuerbach – *positiva* humanista e naturalista; “quanto menos ruidosa, tanto mais segura, profunda, extensa e duradoura é a eficácia dos escritos *feurbachianos*, os únicos nos quais – desde a *fenomenologia* e a *Lógica* de Hegel – se encerra uma efetiva revolução teórica”. Com essa revolução teórica de Feuerbach que Marx e Engels irão aprofundar para a construção do *materialismo histórico e dialético*, tem-se a pedra angular de toda a filosofia marxiana; “ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material” (Marx; Engels, 2007, p. 87) e o conjunto das relações sociais próprias da *reprodução social*.

Na *Ideologia Alemã*, escrita entre 1845 e 1846, tem-se o aprofundamento da crítica materialista e dialética com a qual Marx e Engels constroem sua teoria em clara confrontação com o sistema hegeliano, delimitando o ponto de partida de um novo e revolucionário sistema – o marxiano:

Os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação. Esses pressupostos são, portanto, constatáveis por via puramente empírica (Marx; Engels, 2007, p. 86-87).

Nesta obra, tratada pelos autores como um meio para “acertar as contas com nossa antiga consciência filosófica e nos esclarecer” (Marx; Engels, 2008, p. 49), estabelece-se de forma científica o *materialismo histórico e dialético* cujo fundamento é *ontológico*, e, por isso, é no campo da *ontologia*, e não da *gnosilogia* e da *epistemologia*, que encontraremos na teoria marxiana os



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

fundamentos para desvelar o *planejamento enquanto categoria de mediação entre sujeito e objeto da práxis social humana*.

Por outro lado, uma sociabilidade conscientemente planejada por uma humanidade emancipada é o *fim* posto pelo projeto *revolucionário* de Marx e Engels, que terá, no *proletariado emergente enquanto classe para si que surge nos fins do século XIX*, o seu sujeito histórico. O início da construção desse projeto, de acordo com Netto (2015, p. 21), remete a 1843, quando o jovem Marx chega a Paris e descobre um novo mundo: *o mundo dos trabalhadores*. É o contato direto com essa nova sociabilidade marcada por uma intensa agitação política das lutas operárias que irá proporcionar a Marx e Engels as condições reais para o início de sua elaboração teórica assumidamente crítica da ordem do capital e de sua vinculação orgânica com a classe operária.

Nikolai Lápine (1983), por sua vez, argumenta que a diferença entre a crítica de Hegel por Marx e a crítica de Hegel por Feuerbach reside, acima de tudo, nas vias que as conduzem. Em Feuerbach, essa via passa pelas suas investigações teóricas, empreendidas, sobretudo, no domínio da filosofia da religião. Em Marx, era a luta pelos interesses sociais e políticos dos trabalhadores, no decurso da qual se desenvolviam as suas concepções filosóficas e sociopolíticas, condicionando-se mutuamente. Para esse autor, o grande feito científico de Marx e Engels repousa precisamente na reelaboração dos principais domínios do pensamento social do início dos anos 1840 do século XIX, sintetizando um conhecimento qualitativamente novo e integral da sociedade, intrinsecamente ligado à prática do movimento revolucionário da classe operária.

Nessa mesma linha de argumentação, Mandel (1967) coloca que, precisando mais tarde seu diagnóstico, Marx e Engels atribuíram ao proletariado o papel-chave no advento do socialismo, menos por causa da miséria que ele sofre do que em função do lugar que ele ocupa no processo de produção e na capacidade que possui de adquirir por esse fato **um talento de organização e uma coesão na ação**, sem medida comum com todas as classes do passado. Aqui já comparece o fundamento do *dever humano do homem* e sua processualidade histórica, que retomaremos mais adiante.

Netto (1986) sumaria que a teoria social de Marx, embora herdeira da tradição cultural expressa pela economia política clássica, a filosofia alemã e as lutas operárias dos movimentos socialistas que proliferaram durante os primeiros cinquenta anos do século XIX, introduz um *novo* modo de apreender a realidade. O grande destaque que coloca a obra marxiana no mais alto grau de rigor científico, e que permite dizer que esta opera uma verdadeira ruptura, é precisamente a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

descoberta do pressuposto histórico-social que funda a sociabilidade humana. Somente com a instauração da sociedade burguesa foi possível a percepção pela consciência humana de que o ser social, embora condicionado pela natureza, é *diferente* dela. Diferentemente das sociedades precedentes, na ordem do capital, as relações sociais podem ser apreendidas pelos homens como resultante de suas ações e interações, e não como desígnios e vontades estranhos a eles.

É isso que permitirá a Marx (2011, p. 25) afirmar que “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”. No entanto, os estudos de Marx acerca da gênese, da consolidação, do desenvolvimento e das condições das crises sistêmicas do capitalismo vão apontar que essa percepção é apenas uma possibilidade, visto que a alienação e a reificação, conectadas ao “fetichismo da mercadoria” que brota da instauração da *propriedade privada*, com sua mediação fundamental, que é o *trabalho assalariado (alienado)*, criam necessariamente uma aparência coisificada da realidade social. “A contradição é real: a sociedade burguesa, ao mesmo tempo que abre a possibilidade para tomar o ser social tal como ele é (processo que tem regularidades próprias), bloqueia esta apreensão” (Netto, 1986, p. 17). Em outros termos: a um só tempo, com a sociedade burguesa, tem-se a possibilidade de uma teoria social verdadeira, capaz de apanhar a dinâmica da sociedade e um conjunto de mecanismos que obstaculizam essa teoria social.

A razão para afirmar essa possibilidade reside, como já referido anteriormente, no fato de que Marx e Engels produziram uma teoria social que rompe, definitivamente, com o “fundamento gnóstico epistêmico”, para usar uma expressão de Chasin (2009), que caracteriza o campo das ciências sociais. Para este autor, um crítico contumaz das interpretações sobre a formação do pensamento marxiano a partir do *tríplice amálgama*, a saber: a *filosofia clássica alemã*, a *economia política inglesa* e o *socialismo político francês* –, Marx, desde o seu confronto com as questões ligadas aos *interesses materiais* quando de sua atuação no jornal *Gazeta Renana* e de sua decisão em se “retirar do cenário público para o gabinete de estudos”, inicia sua inflexão teórico-metodológica revisitando a filosofia política hegeliana sob a pressão da dúvida e a influência das mais recentes conquistas feuerbachianas, percorre exatamente as vias da interrogação recíproca entre teoria e mundo, “o que lhe proporcionou identificar a conexão efetiva entre sociabilidade e politicidade [...] implicando a virtualidade de um novo universo ontológico” (Chasin, 2009, p. 58-59). Evidentemente, para Chasin (2009), não se trata de negar ou mesmo secundarizar o processo de apropriação por parte de Marx dos debates em torno desses três



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

campos, como inclusive situa Paulo Netto (1986), citado anteriormente. O que o autor destaca em sua crítica é a noção simplista de uma arrumação intelectual, *endógena*, que produziu uma síntese no pensamento de Marx. Afirma, então, Chasin (2009, p. 39-40):

Obviedade patente, a lida constante e decisiva de Marx – em torno dos ramos de ponta da produção teórica de sua época – não implica a química da retenção e ligatura das *melhores porções* dos mesmos no amanho da própria obra. Desde logo, do *amalgama* não há qualquer vestígio textual, nem é minimamente passível de sustentação, uma vez que a mera inviabilidade teórica em face do novo padrão reflexivo, marcante e altamente consistente, do conjunto da reflexão marxiana instaurada a partir de meados de 1843 e estendida até os últimos escritos. [...] o itinerário marxiano de Marx tem início ao cabo de extenso capítulo da história intelectual germânica, que envolve de maneira central e peculiar a questão ontológica.

Esse aspecto ressaltado por Chasin (2009) em sua obra póstuma *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*, apresenta-se como de suma importância para demarcar o caráter revolucionário da teoria social marxiana, qual seja, seu fundamento *ontológico*, no qual o materialismo histórico e dialético não se enquadra em qualquer modelo ou manual das penosas tradições marxistas do século XX.⁴

O fundamento histórico-social que articula a estrutura do pensamento marxiano é a compreensão de que os homens têm consciência de seu gênero; portanto, é um ser *genérico* e que, em suas relações comunitárias, forma a verdadeira sociedade *dos homens*. Nos *Cadernos de Paris* (Notas de leitura) e nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, ambos de 1844, encontraremos a explicitação desse fundamento quando Marx está estudando os *clássicos da economia política* e se depara com a definição de que o homem é um *proprietário privado*, e de que a sociedade é concebida como uma sociedade de atividades comerciais.

Para Paulo Netto (1981), os *Cadernos* e os *Manuscritos*, escritos simultaneamente, representam uma unidade substantiva que, embora não os equalize, formam o marco *unitário* da inflexão de Marx em direção à crítica da economia política, que culminará, vinte e poucos anos depois, no Livro I d'O *Capital* (2015). Ainda, de acordo com Paulo Netto (1981), nesses estudos citados, bem como na *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* e na *Ideologia Alemã* – escrita em parceria com Engels – de 1843 e 1846, respectivamente, encontram-se as raízes da teoria social que supera a filosofia especulativa de Hegel pela apreensão ontológica do ser social a partir da

⁴ Refiro-me aqui às distorções promovidas pelas interpretações produzidos durante o período stalinista, tratadas tanto pelo autor citado, e tantos outros, quanto por Lukács e Gramsci em suas obras repletas de referências aos textos originais de Marx e Engels para se contrapor às teses que vulgarizaram o marxismo.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

crítica da economia política.

Na mesma linha de argumentação, Chasin (2009, p. 56-57) vai verificar que a grande mudança no pensamento de Marx deu-se a partir da revisão da Filosofia do Direito de Hegel, orientada pelas influências: do desafio de compreender os “interesses materiais” na dinâmica das relações sociais e das provocações de Feuerbach contidas nos textos publicados à época – *Teses provisórias para a reforma da filosofia* (1842) e *Princípios da filosofia do futuro* (1843). Sob essas condições, Marx consegue: i) O descarte da especulação, isto é, do logicismo e da arbitrariedade da razão autossustentada; ii) O reconhecimento da *objetividade* autoposta como determinação ontológica mais geral do homem em sua autoefetividade material e; iii) Identificar a sociabilidade como base da inteligibilidade. Esses três princípios afirmam a historicidade radical da razão dialética em sua concretude e são orientadores do *planejamento* como categoria da práxis social humana. Já para Mandel (1967), Marx e Engels apareceram como fundadores do socialismo científico: partindo de situações e caminhos diferentes⁵, abordam as questões e as lutas sociais de seu tempo pela crítica da concepção neo-hegeliana do Estado, pela descoberta das classes sociais e pela análise dos efeitos desumanos da propriedade privada e da concorrência.

Sintetiza Mandel (1967, p. 13) que, tanto em Marx quanto em Engels, a trajetória do pensamento avança de forma sucessiva: “da crítica da religião à crítica da filosofia; da crítica da filosofia à crítica do Estado; da crítica do Estado à crítica da sociedade, isto é, da crítica da política à crítica da Economia Política, que termina na crítica da propriedade privada”. Mas quando é que Marx se torna comunista⁶? De acordo com Mandel (1967), Marx denomina-se comunista em março de 1844. Até setembro de 1843, havia nele uma recusa a aderir ao comunismo. O que ocorreu nesse ínterim que proporcionou essa evolução?

É difícil isolar um só elemento num conjunto de influências, mas, por mais importante que tenha sido a leitura de autores como Moses Hess⁷ – cuja influência é incontestável – ou o estudo

⁵ Diz Mandel (1967, p. 11): “A diferença provém sem dúvida das diferenças de caráter e de temperamento, a natureza mais especulativa do gênio de Marx, mais impetuosa do gênio de Engels. Mas o acaso e as circunstâncias materiais de vida desempenharam aí um papel. Enquanto Marx emigra da Alemanha para a França, Engels é enviado à Inglaterra para aí fazer o aprendizado dos negócios. O choque provocado por esse encontro com as contradições da sociedade burguesa determinará o curso de seus pensamentos para o resto de seus dias”.

⁶ Segundo Mandel (1967, p. 19): “Engels veio antes de Marx ao comunismo, dissemos nós. Mas para ele também o comunismo é de início de essência nitidamente filosófica”. Apesar disso, “Engels compreende que o comunismo é o produto necessário das condições sociais criadas pela civilização moderna” (Mandel, 1967, p. 19).

⁷ Moses Hess (janeiro ou 21 de junho de 1812 - 6 de abril de 1875) foi um “companheiro de viagem” de Marx e, ainda no fim dos anos 1860, como ele, membro da Primeira Internacional Comunista. Hess sempre admirou a genialidade e a erudição de seu jovem amigo Karl Marx, para quem chegou a antever



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

da Revolução Francesa, foi o clima global da sociedade francesa sob Luís Felipe, a efervescência de ideias progressistas, a atividade das diversas seitas socialistas e o primeiro contato vivido com a classe operária e com a condição proletária que permitiram cristalizar essas influências literárias (Mandel, 1967).

Para esses autores citados, Marx e Engels inauguram uma teoria social *revolucionária* à altura do *desenvolvimento histórico socialmente posto pelos homens, no qual o humano se torna objeto para si mesmo*, precisamente porque toma como referência fundamental a *ontologia histórico-social* como uma forma de apreender o caráter radicalmente histórico e social da realidade coletiva. Uma teoria social capaz de apreender a *razão do mundo*, como afirma Ivo Tonet (2016, p. 18), em sua obra sobre *Método científico*, na qual ele sustenta, com propriedade, que existem três momentos na abordagem das questões relativas ao conhecimento do *mundo*: o greco-medieval, o moderno e o marxiano.

Nessa resumida exposição de diferentes autores que argumentam quanto à importância fundamental do giro ontológico de Marx e Engels para uma correta compreensão e intervenção dos homens no mundo e em suas relações, encontramos apoio inicial para apontar as possibilidades concretas de teorizar sobre o planejamento numa base radicalmente diferenciada de sua tradicional aceção teórico-prática, inscrita no campo das ciências humanas e sociais aplicadas como técnica e política, sem apresentar seus fundamentos ontológicos, ou até mesmo se oporem a eles de forma consciente pela explícita negação, ora da possibilidade de conhecer o *ser em si*, ora da refutação completa de sua existência como no irracionalismo e no empirismo.

III. CONSIDERAÇÕES REFLEXIVAS

Para a formação de profissionais de Serviço Social, o *materialismo histórico e dialético*, enquanto método filosófico-científico, permite abordar o conjunto das disciplinas que compõem os três núcleos: 1) fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2) fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; e 3) fundamentos do trabalho

uma carreira universitária e jornalística de grande repercussão. A partir daquela data até 1843, ambos colaboraram na Gazeta Renana, da qual Hess foi um dos fundadores e Marx chegou a ser o editor. Depois disso, estiveram novamente juntos nos Anais Franco-Alemães, publicados em 1844, em Paris, onde Hess, que tinha chegado primeiro à França, recebera o amigo de braços abertos. Nos célebres Manuscritos de 1844, Hess é colocado por Marx ao lado de Engels e Weitling, que incursionaram no campo da crítica da economia política antes dele como um dos socialistas alemães que produziram algo de “substancial” e “original” sobre o assunto, com seus artigos sobre as “categorias” do “ter” e do “dinheiro”.

profissional de forma articulada, identificando as mediações que conformam a tessitura do real.

As atividades operativas que os assistentes sociais desenvolvem nos espaços sócio-ocupacionais requerem o planejamento como forma de execução das políticas, programas, planos etc. O planejamento tem que ser o mais científico nesse preciso sentido. Planejamos, a partir das necessidades e possibilidades postas pela realidade concreta, mas, para acessar essa realidade concreta, faz-se necessária a crítica radical das causalidades postas historicamente pelos homens em sua práxis social.

Portanto, carecemos de um método de conhecimento capaz de realizar a tarefa de desvelar as conexões que forjam a realidade que se quer transformar, e as escolhas entre as alternativas postas não podem ser arbitrárias, por isso é imprescindível o aparato científico-filosófico. Contudo, não qualquer aparato científico-filosófico, mas um que não esteja submetido às limitações impostas pela regência do capital. Assim, por exemplo, em *Ideologia Alemã*, ainda que de forma incompleta⁸ Marx e Engels aludem ao aspecto do trabalho dos homens sobre os homens, afirmando uma segunda natureza do trabalho como fundante do ser social. Nessa perspectiva, Lukács (2013) vai identificar e distinguir dois tipos de posições teleológicas: as que têm como objeto a natureza em si, ou seja, as que regulam e asseguram o intercâmbio orgânico entre sociedade e natureza (forma originária do ser), e as que têm como objeto a consciência dos outros homens, isto é, aquelas que têm a função de influenciar e modelar o comportamento (área das relações intersubjetivas que sempre remetem à ética).

Nesse sentido, tem-se o planejamento como mediação fundamental para a realização das posições teleológicas, sob o domínio da racionalidade dialética contida no ato do trabalho e em todas as formas ulteriores mais desenvolvidas da práxis social, quando já se trata de uma ação sobre os outros homens.

A primeira consequência que podemos extrair da exposição e da análise das categorias do ser social em sua objetificação, isto é, em seu fazer-se humano, é a qualidade de objetividade do planejamento. Portanto, sua efetividade real só pode ser plenamente realizada pelos sujeitos que trabalham. Desse modo, a separação, predominante na sociedade do capital, oriunda da particular forma de divisão do trabalho entre os que planejam e os que executam, tem sua gênese no complexo da produção material que deve ser apreendido como um complexo causal, isto é, como

⁸ Na edição da Boitempo (2007) na página 39 consta: “Até o momento consideramos principalmente apenas um aspecto da atividade humana, o trabalho dos homens sobre a natureza. O outro aspecto, o trabalho dos homens sobre os homens [...]”, estando incompleta no original. Nesse sentido, é Lukács o principal responsável pelo desdobramento teórico dos complexos erigidos no campo da intersubjetividade, as posições teleológicas secundárias da reprodução social.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

causalidade historicamente posta. São as exigências da troca capitalista, da propriedade privada e da divisão do trabalho que têm de ser superadas na práxis social em toda a sua extensão e profundidade pela sociedade comandada pelos produtores livres associados, que passam a planejar a organização social da vida que integra a produção e a reprodução social.

Contudo, no modo de produção capitalista, cada um tem seu lugar na divisão do trabalho e exerce uma função na relação entre quem compra e quem vende. O capital, ao comprar a força de trabalho, apropria-se da substância do trabalho, e, ao colocar os trabalhadores em cooperação, realiza a subsunção formal e real do trabalho ao capital. Por isso, o sujeito é o capital, e a produção de mercadorias determina o campo das necessidades; isto é, as necessidades humanas vitais passam a ser atendidas somente mediante a sua incorporação à mercadoria, que por seu turno só existe em sua unidade contraditória – valor de uso e valor – e, por isso, na circulação (troca), o que importa não são as qualidades da mercadoria, mas, sim, a quantidade de valor que ela carrega. Por isso, para o capitalista, não importa produzir roupa, remédios, armas, foguetes etc., o que importa é a taxa de lucro de que ele pode se apropriar. É assim, segundo Marx, que o capital se transforma em *causa sui* ao criar os seus próprios pressupostos, a saber, a posse das condições reais para a criação de novos valores de troca – pelo seu próprio processo de produção. Nesse sentido, a ordem do capital está marcada profundamente e de forma irrevogável pela mensuração quantitativa daquilo que é expressão do valor. Nos Manuscritos de 1844, Marx já afirmava que o dinheiro como equivalente universal substituiu o ser pelo ter. Na abordagem feita em *O capital*, ele desvela a essência da ordem da sociedade burguesa, demandando uma permanente quantificação generalizada. Por isso, impõe aos seus agentes responsáveis por dinamizar essa ordem a capacidade de, no plano quantitativo, operar essa calculabilidade. Paulo Netto (1999) vai registrar que Max Weber⁹ difundiu a ideia de desenvolvimento capitalista equalizada à ideia de racionalidade baseada na calculabilidade.

Podemos aqui anotar que essa é a marca de todo planejamento técnico-político. Seu ponto de partida e de chegada é o risco calculado. Para Marx (2015), essa quantificação é um fenômeno da sociabilidade burguesa de graves consequências para o desenvolvimento humano ao suprimir as dimensões qualitativas da prática social e do produto dos homens em sociedade. Marx, no belíssimo texto denominado *Cadernos de Paris*, refere-se ao domínio da estatística no trato da economia como um verdadeiro ultraje aos indivíduos reais; “o que as médias demonstram? Que

⁹ Para aprofundar o conhecimento sobre as raízes histórica da sociologia de Marx Weber (1864-1920), em seu quadro teórico-metodológico como alternativa conservadora ao sistema marxiano, sugerem-se as leituras: Lukács (1968). No Brasil, temos o trabalho de Carli (2013).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

cada vez mais se faz abstração dos homens, que cada vez mais se deixa de lado a vida real e que cada vez mais se considera apenas o movimento abstrato da propriedade material, inumana” (Marx, 2015, p. 223).

Sem dúvida, brota daí a base para o desenvolvimento das diversas metodologias de planejamento constituídas historicamente. Essa racionalidade é aplicada em todas as áreas nas quais o planejamento necessita ser utilizado para efetivar essa calculabilidade nas ações dos sujeitos com a finalidade de garantir o funcionamento da ordem burguesa. Por isso, é ineliminável do planejamento seu caráter fetichizado, ainda que seja realizado com a participação dos trabalhadores, de usuários de serviços, de moradores urbanos, dos cidadãos em geral.

Na atualidade, com a digitalização e a robotização, acentua-se o processo de como o trabalho se põe como não-ser de si mesmo ou como ser de seu não-ser, o capital, contribuindo para a aparente constatação de que ele é cancelado como constitutivo da sociabilidade, terreno fértil para a proliferação dos processos atuais de precarização e exploração da força de trabalho, agora subsumidos pelo empreendedorismo e pela pejetização – todos somos empresários. Aqui o planejamento é arrancado de sua razão dialética e subsumido à irracionalidade do cálculo racional. A concretude do planejamento desaparece. Sua racionalidade dialética que emana do trabalho concreto é arrancada de seu solo genético, perdendo sua raiz emancipatória. Por isso, e só por isso, na particularidade do MPC, o planejamento só pode se expressar como fetichização das relações, desempenhando uma importante função de reproduzir as legalidades do capitalismo como se estas fossem racionais e eternas, necessitando apenas de corretivos, ajustes e melhorias no funcionamento geral, para garantir na livre produção de mercadorias e na expansão do mercado as necessidades da classe trabalhadora.

Trazer para a formação profissional os fundamentos do planejamento como categoria imanente ao trabalho, constituída e constituinte do par dialético teleologia e causalidade, resulta das conquistas da profissão, expressas, sobretudo, com o ideário do Código de Ética da profissão de 1993, cujos princípios e valores apontam para a superação da sociedade de classes (Cress 7^a, 2001). Contribui para o reforço desse projeto a confirmação do planejamento como categoria do ser social que não pode ser separada deste sem, com isso, tornar-se um *fetice* e, em alguns casos, funcionar como uma *ideologia manipulativa*. Ao mesmo tempo, revela-se o planejamento como uma categoria *ontológica do ser social*, uma mediação imanente à práxis do ser social, potencialmente emancipatória dos indivíduos e do gênero humano. Portanto, o potencial emancipador do planejamento pode e deve ser (re)apropriado pelos produtores livremente



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

associados na transição para o socialismo e deste para o comunismo como mediação para o fenecimento do Estado. Assim, será possível conhecer o mundo tal como ele é para mudá-lo em nosso humano proveito de modo permanente.

Referências

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Brasília: CFESS, 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP1993.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2024.

CHASIN, J. **Marx: estatuto ontológico & revolução metodológica**. São Paulo: Boitempo, 2009

LUKÁCS, G. **O jovem Hegel e os problemas da sociedade capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2018.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2013. v. 1.

LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do Ser Social**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MANDEL, E. **O Capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. v. 1. Livro I: O processo de produção do capital.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K.. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858**. Rio de Janeiro: Boitempo, Editora da UFRJ, 2011.

LÁPINE, Nicolai. **O jovem Marx**. Lisboa: Editorial Caminho, 1983.

NETTO, J. P. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Instituto Caio Prado Júnior, 2015.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1996.

SILVA, Raquel Bianor da. **Planejamento, capital e emancipação humana**. 2019. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

TONET, I. **Método científico: uma abordagem ontológica**. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.